

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	TEORIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO								
<b>DOCENTE</b>	PATRÍCIA REGINA PINHEIRO SAMPAIO								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR070/ GRDDIR026	<b>SEMESTRE</b>	2024.2	<b>PERÍODO</b>	4º	<b>NATUREZA</b>	OBRIGATÓRIA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	50/ 60h

<b>EMENTA</b>	Princípios da Administração Pública. Organização da Administração Pública. Agentes públicos. Ato e processo administrativo. Poder de polícia. Licitações e contratações públicas. Bens públicos. Intervenção do Estado na propriedade privada.								
<b>OBJETIVOS</b>	<p>O objetivo da disciplina consiste em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- fornecer um panorama dos principais institutos do direito administrativo</li> <li>- propiciar entendimento acerca da organização administrativa e dos agentes públicos</li> <li>- apresentar as principais características do ato e do processo administrativos</li> <li>- introduzir o tema das licitações e contratações administrativas</li> <li>- trazer discussões em torno da complexidade da gestão dos bens públicos</li> <li>- apresentar as principais formas de intervenção do Estado sobre a propriedade privada.</li> </ul>								
<b>METODOLOGIA</b>	Aulas dialogadas e baseadas em casos.								
<b>HABILIDADES</b>	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.								
	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.								
	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.								
	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.								
	X Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.								
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.								
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.								
	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.								
	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.								
	CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018								
	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.								
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.								
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.								
Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.									
Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.									
<p>X Outras: - ter uma compreensão abrangente dos principais valores que devem informar a atuação da Administração Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- conhecer com precisão as diferenças entre órgãos e entidades da Administração Pública</li> <li>- ter uma compreensão geral do regime jurídico dos agentes públicos</li> <li>- analisar criticamente as formas de manifestação da Administração Pública</li> <li>- ter noções básicas sobre o exercício do poder de polícia</li> <li>- ter noções breves acerca da licitação e contratação pela Administração Pública</li> <li>- conhecer os principais aspectos da desapropriação, da servidão administrativa e do tombamento</li> </ul>									
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>								
1	Apresentação do curso. Princípio da supremacia do interesse público e sua releitura								
2	Princípio da Legalidade e poder regulamentar								
3	Princípio da Legalidade e poder regulamentar								
4	Princípio da Legalidade. Ato discricionário e ato vinculado								
5	Princípios da impessoalidade, publicidade, moralidade, eficiência e motivação								
6	Organização da Administração Pública – Administração direta e indireta								

7	Organização da Administração Pública – Administração indireta (autarquias e fundações públicas)
---	-------------------------------------------------------------------------------------------------

8	Organização da Administração Pública – Administração indireta (empresas públicas e sociedades de economia mista)
9	Organização da Administração Pública – Administração indireta (empresas públicas e sociedades de economia mista)
10	Agentes públicos 1
11	Agentes públicos 2
12	Ato administrativo 1
13	Ato administrativo 2
14	Processo administrativo
15	Poder de polícia
16	Licitações 1
17	Licitações 2
18	Licitações 3
19	Contratos administrativos
20	Contratos administrativos
21	Bens públicos 1
22	Bens públicos 2
23	Desapropriação
24	Servidão administrativo e Tombamento
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Duas provas de igual peso, valendo 10 cada uma, presenciais
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2023. <i>E-book</i> . JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. São Paulo: RT, 2023 ZANELLA DI PIETRO, Maria Sylvia. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2023
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	ARAGÃO, Alexandre Santos de. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: RT, 2021 OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Gen, 2023 MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: RT, 2020. SARMENTO, Daniel (org.). Interesses públicos X interesses privados: desconstruindo o princípio da supremacia do interesse público. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2005